



O ciberativismo indígena da comunidade Amarelão Potiguara em meio a pandemia da covid-19

Mara Dantas Pereira¹, Lorena Medeiros Toscano de Brito^{2*} e Mariana de Siqueira²

¹Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. ²Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Avenida Senador Salgado Filho, 3000, 59078-970, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: toscanolorena@gmail.com

RESUMO. A pandemia da Covid-19 exacerbou as vulnerabilidades da Comunidade Potiguara Amarelão, que dependia do turismo e da venda de castanhas de caju. Em resposta, a comunidade se reinventou através do uso das redes sociais digitais, especificamente o Instagram (@aca.amarelao), para ampliar a comercialização de suas castanhas e se manifestar em defesa de seus interesses. Este estudo teve o objetivo investigar como a Comunidade Amarelão Potiguara está utilizando o ciberativismo como uma ferramenta para responder aos desafios apresentados pela pandemia da Covid-19, através de uma análise descritiva quali-quantitativa das postagens no Instagram. O perfil @ac.amarelao revelou uma série de imagens denunciando questões ambientais, descrevendo a sobrevivência da comunidade e solicitando auxílio financeiro. A venda de castanha de caju, antes fonte principal de renda, tornou-se inexistente devido ao impacto da pandemia no turismo local. Observou-se uma insatisfação notável entre os membros da comunidade em relação às políticas atuais, evidenciando uma busca intensiva por maior reconhecimento e visibilidade. A adoção do Instagram emergiu como uma estratégia para alcançar esses objetivos. No entanto, a utilização indiscriminada desta plataforma provou ser insuficiente, dada a ausência de orientação adequada na disseminação das informações. Conclui-se que, diante da invisibilidade de seus direitos e da inércia institucional, a comunidade indígena recorre ao ciberespaço para exigir ação governamental, mobilizando a sociedade para reconfigurar o cenário sociopolítico e instigar mudanças favoráveis.

Palavras-chave: povos indígenas; comunidade amarelão potiguara; ciberativismo; rede social digital.

The indigenous cyberactivism of the Amarelão Potiguara community amid the covid-19 pandemic

ABSTRACT. The Covid-19 pandemic exacerbated the vulnerabilities of the Potiguara Amarelão Community, which relied on tourism and the sale of cashew nuts. In response, the community reinvented itself through the use of digital social networks, specifically Instagram (@aca.amarelao), to expand the marketing of their cashews and to advocate for their interests. This study aimed to investigate how the Amarelão Potiguara Community is using cyberactivism as a tool to respond to the challenges presented by the Covid-19 pandemic, through a qualitative as well as quantitative descriptive analysis of posts on Instagram. The @ac.amarelao profile revealed a series of images denouncing environmental issues, describing community survival, and requesting financial aid. The sale of cashew nuts, once a primary source of income, became non-existent due to the impact of the pandemic on local tourism. Notable dissatisfaction was observed among community members regarding current policies, evidencing an intensive search for greater recognition and visibility. The adoption of Instagram emerged as a strategy to achieve these goals. However, indiscriminate use of this platform proved insufficient, given the absence of adequate guidance in disseminating information. It is concluded that, faced with the invisibility of their rights and institutional inertia, the indigenous community turns to cyberspace to demand government action, mobilizing society to reconfigure the socio-political scenario and instigate favorable changes.

Keywords: indigenous peoples; amarelão potiguara community; cyber activism; digital social network.

Received on October 1, 2023.

Accepted on November 3, 2023.

Introdução

O Estado do Rio Grande do Norte, submetido à invasão europeia que impôs uma perspectiva eurocêntrica, passa atualmente por um processo de etnogênese. Este fenômeno envolve a reafirmação da identidade étnica por um povo que havia deixado de assumi-la devido a razões histórico-sociais. As comunidades indígenas estão recuperando e revalorizando aspectos relevantes e tradicionais de suas culturas, desafiando a narrativa eurocêntrica e reivindicando a diversidade cultural e a autodeterminação indígena.

Nesse contexto, é possível identificar os grupos étnicos locais em três grandes comunidades: os Potiguara, Tapuia e Tapuia-Paiacú. Cada uma dessas comunidades possui suas próprias ramificações. Em Baía Formosa, temos os Sagi-trabana, conhecidos como 'Povo Potiguara'. Em Catu, Canguaretama e Goianinha, encontramos os Potiguaras Eleotérios. Em Amarelão, no município de João Câmara, temos os 'Mendonças Potiguaras do Amarelão'. Em Açú, encontramos os Caboclos, conhecidos como Tapuias. Na Lagoa do Apodi, temos o Povo Tapuias Paiacús. E no município de Natal, temos os Gamboa do Jaguaribe. Essa diversidade reflete a rica tapeçaria cultural da região.

Dentre essas comunidades, este estudo se concentra especificamente nos 'Mendonças Potiguaras do Amarelão' em João Câmara. A partir de 2020, eles começaram a utilizar o Instagram, uma decisão que se mostrou crucial quando a pandemia da Covid-19 exacerbou suas vulnerabilidades existentes. Dependendo do turismo e da venda de castanhas de caju para sua subsistência, os Potiguaras do Amarelão tiveram que se reinventar através das redes sociais digitais diante do estado de calamidade pública. Este processo de adaptação das práticas tradicionais ao novo contexto é um exemplo de etnogênese em ação, reafirmando a identidade étnica do grupo.

É relevante destacar que a abordagem adotada pela comunidade Amarelão é contemporânea ao fenômeno do ciberativismo, um conjunto de práticas e protestos de mobilização que se utilizam das novas tecnologias de informação e comunicação. Com o aumento da acessibilidade à tecnologia, o ciberespaço - um entrecruzamento de técnicas, imagens, sistemas, redes e linguagem que caracteriza novas relações entre tempo e espaço por meio da conexão digital via internet - tornou-se uma plataforma viável para agrupamentos sociais (Lévy, 2000). Este meio representa uma revolução digital, possibilitando a interconexão e relações que ultrapassam as barreiras de distância e tempo.

Diante desse cenário, a Comunidade Potiguara Amarelão criou um perfil no Instagram e passou a utilizá-lo ativamente desde o início da pandemia. A intenção era denunciar a situação calamitosa em que se encontravam, sinalizar ao poder público sua existência e a necessidade de políticas públicas voltadas para os povos indígenas. Além disso, eles também divulgaram a produção cultural do grupo e a participação dos Potiguara nos espaços de poder político do Estado. Esta iniciativa exemplifica como as Comunidades Indígenas estão se adaptando e se reinventando no cenário digital contemporâneo.

Neste íterim, o presente estudo teve como objetivo investigar como a Comunidade Amarelão Potiguara está utilizando o ciberativismo como uma ferramenta para responder aos desafios apresentados pela pandemia da Covid-19. Para tanto, examinou-se o perfil da comunidade Amarelão Potiguara na rede social Instagram (@aca.amarelao), que conta com 1.191 seguidores. A análise se concentra em dois pontos principais: a) a constatação de que os indígenas não estão alheios às redes sociais digitais; e b) a forma como eles se apropriam desses novos contextos e ferramentas para instrumentalizar suas demandas e defender seus interesses. A pesquisa também discute a ideia de que o uso do ciberespaço por povos originários representa uma forma de trilhar o seu ativismo indígena pelo espaço digital.

Com base nesses pontos, a pesquisa é guiada pela seguinte pergunta: Como o Instagram é utilizado para o ciberativismo pelos Indígenas do Potiguara? Assim, hipotetiza-se que o ciberativismo se tornou uma ferramenta útil para a defesa e proteção dos interesses das Comunidades Indígenas, possibilitando doações, trocas e, ainda, o conhecimento dos cidadãos sobre os povos originários locais de modo a permitir que os temas de sua comunidade sejam inseridos na agenda pública de debates. Para responder à hipótese levantada nesta pesquisa, optou-se pelo método descritivo qualiquantitativo para realizar uma análise do perfil da comunidade Potiguara Amarelão no Instagram.

Dito isso, a motivação para a realização deste estudo é a contemporaneidade e a importância do tema, particularmente no que se refere à sua interação com os fenômenos sociojurídicos na internet. É reconhecida a demanda do Povo Potiguara por direitos fundamentais, utilizando o ciberativismo como uma plataforma virtual para efetivar seus direitos.

Método

Esta pesquisa foi conduzida na Comunidade Potiguara Amarelão, composta por indivíduos que se autodeclararam como Povos Indígenas remanescentes no Estado do Rio Grande do Norte. O período de tempo estabelecido para a investigação foi de 7 de abril de 2020 a 9 de agosto de 2022. A data inicial corresponde ao momento em que a comunidade ingressou na plataforma Instagram, enquanto a data final representa o limite temporal estabelecido para a realização deste estudo.

Adotou-se o método descritivo quali-quantitativo para categorizar o trabalho, permitindo uma análise aprofundada do perfil do Povo Potiguara no Instagram. Este método envolveu o exame de textos e fotografias, coleta de dados e datas, e avaliação da influência do ciberativismo. A abordagem permitiu uma conexão direta entre a teoria estudada e os dados coletados, além de utilizar as informações obtidas das postagens do perfil @aca.amarelao para realizar uma análise quantitativa. Acredita-se que a combinação das abordagens quantitativa e qualitativa proporcionou uma visão quantificável do impacto e alcance do ciberativismo nesta comunidade. Isso foi alcançado capturando tanto os aspectos subjetivos e qualitativos das postagens quanto as informações quantificáveis, como o número de seguidores, curtidas e datas dos compartilhamentos.

Além disso, este estudo se baseia nas ideias de Maria da Glória Gohn (2011), que discute o processo dos movimentos sociais na contemporaneidade em relação à Internet, e nos trabalhos de Cavignac e Alveal (2020), que abordam a etnicidade dos Povos Indígenas. Com essas referências, a pesquisa procura analisar a mobilização indígena na Internet, examinando as características e os conteúdos veiculados nas postagens da comunidade no Instagram. Isso permite avaliar e discutir o papel dessa rede social no ciberativismo indígena. A escolha do Instagram como plataforma para esta pesquisa se justifica pela sua popularidade e capilaridade. De acordo com os dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em 2020, o Instagram é a rede social que mais cresce no mundo, contando atualmente com mais de 500 milhões de contas.

Os povos indígenas no Rio Grande do Norte

Os indivíduos nascidos no Rio Grande do Norte são conhecidos como Potiguaras, um termo derivado da linguagem tupi e atribuído aos indígenas da etnia Potiguara. No entanto, ao se referir a essa população, observa-se um apagamento histórico, social e jurídico do reconhecimento e direito desses povos, inclusive no nível local. Isso sugere uma ausência dos principais atores da história colonial, uma vez que os textos produzidos eram de autoria das elites locais, que buscavam apagar as especificidades étnicas do Rio Grande do Norte (Cavignac, 2003).

Historiadores locais registraram ao longo dos anos a afirmação de que todos os povos indígenas do estado teriam sido exterminados (Cascudo, 1984; Medeiros Filho, 1988). No entanto, no final do século XX e início do século XXI, as etnias indígenas anteriormente não categorizadas começaram a se reorganizar como povo, revivendo sua história, cultura, arte e memória. Como resultado dessa reorganização, eles passaram a reivindicar ações públicas efetivas (Cavignac, 2003; Lopes, 2005).

É crucial ressaltar que, após a implementação da Constituição de 1988, os direitos indígenas puderam ser reconhecidos e reivindicados. No entanto, mesmo com a existência de uma legislação, isso não garante que essas comunidades, considerando sua historicidade, consigam emergir, serem reconhecidas e se tornarem detentoras de políticas sociais necessárias à dignidade humana. Isso é evidente no Estado do Rio Grande do Norte, onde a falta de ações públicas contínuas para a valorização étnica reforça a ideia na população de que esses povos foram realmente extintos.

Apesar disso, Moura, Boaventura e Neves (2021) relatam a existência de três grandes grupos étnicos no Estado: Potiguara, Tapuia e Tapuia-Paiacú. Esses grupos contêm 16 ramificações que totalizam 6.867 indígenas (Lima, 1990; Lopes, 2005; Soares, 2012).

Este panorama confirma que houve um apagamento histórico-social da população indígena no Estado. Além disso, essa dinâmica é contemporânea à colonialidade do poder, caracterizada por uma forma de dominação que contribuiu para o esvaziamento dos povos originários potiguares. Portanto, é necessário utilizar a categoria crítica dos estudos decoloniais, que explicam e justificam as relações de poder entre os povos indígenas e os colonizadores, refletindo na dominação sobre os indígenas.

Grosfoguel (2007) e Quijano (2009) elucidam que os termos colonialismo, colonialidade, pós-colonial e decolonialidade, embora distintos em suas definições, podem ser complementares em suas aplicações. O colonialismo e a colonialidade são conceitos que denotam relações de dominação. O colonialismo é

caracterizado pelo processo de um grupo dominante impor sua autoridade sobre outro, estabelecendo novas estruturas e exercendo exploração política. A colonialidade, por sua vez, transcende essa definição ao incorporar um regime político-jurídico que se estende além da mera dominação, abrangendo conflitos com grupos subalternizados.

Veloso e Santana (2021) postulam que, mesmo em territórios que atualmente são independentes, como o Brasil, a dominação persiste e estabelece um padrão de continuidade. Este padrão se manifesta nas intersubjetividades dos imaginários sociais, relegando os povos originários à condição de subalternos. Pazello (2014) sugere que essa exclusão, além de opressora, silencia os subalternos. Alguns estudiosos enfatizam que resistir a essa cultura de dominação pode desencadear uma crise do poder hegemônico à medida que os povos descobrem que não apenas suas subjetividades foram negadas, mas também suas vidas em sua materialidade. Portanto, é imperativo construir um novo processo civilizatório que afirme as alteridades e não produza vítimas do sistema moderno colonial (Quijano, 2009; Veloso & Santana, 2021).

Compreende-se, portanto, que os Povos Indígenas do Rio Grande do Norte carregam o peso da violência colonial. Utiliza-se o conceito do mito da modernidade de Dussel (1994), pois não existe uma única versão da história, eurocêntrica, que busca um conceito de civilização que exclui os povos originários. Esta versão é erroneamente aplicada, pois faz parte da lógica da colonialidade do poder, que se apropria massivamente dos indígenas, estimula conflitos por terra e resulta em um apagamento étnico da existência desses povos (Marés, 1998; Veloso & Santana, 2021).

Comunidade Indígena Amarelão Potiguará

Localizada na região do agreste potiguar, a Comunidade Indígena Potiguará Mendonça do Amarelão, conhecida como 'Amarelão', encontra-se a uma distância de treze quilômetros de João Câmara e setenta e seis quilômetros de Natal, a capital do estado do Rio Grande do Norte. A origem da comunidade remonta aos indígenas que se refugiaram de aldeamentos que foram usurpados por vilas e povoados, resultando no deslocamento desses povos e na subsequente denominação de caboclos (Casculo, 1991; Lopes, 2005). Ademais, é importante ressaltar que a narrativa oral do grupo evidencia que houve conflitos históricos baseados em resistência, permitindo assim que o Amarelão construísse sua identidade e sentimento de pertencimento ao lugar (Santos, 1998).

No ano de 1989, 'Irmã Terezinha' foi designada para atuar na comunidade juntamente com o líder comunitário 'Titinho', que foi tragicamente assassinado no final de 2001 por sua resistência nas disputas territoriais. Até o presente momento, essas terras ainda não foram oficialmente demarcadas pelo Estado (Santos, 1998). No entanto, essa luta não apenas reflete as demandas contemporâneas por justiça e igualdade, mas também serve como um poderoso exemplo de descolonização das percepções arraigadas sobre a cosmovisão dos Potiguaras.

Os relatos locais da década de 2000 sugerem que a população urbana de João Câmara acreditava que os indígenas haviam se tornado civilizados após a intervenção da irmã Terezinha. No entanto, até aquele momento, eles eram considerados um 'povo ignorante'. Isso ressalta a relevância das redes sociais digitais e como elas podem amplificar uma narrativa, evidenciando, sob uma perspectiva decolonial, as problemáticas associadas ao termo 'povo civilizado'.

Dessa forma, a trajetória de resistência e ativismo dos Potiguaras, liderada por figuras como 'Titinho', demonstra uma busca por autodeterminação e valorização de sua herança cultural. Ao rejeitarem a narrativa de inferioridade imposta pelo termo 'povo ignorante', os Potiguaras estão engajados em uma descolonização da percepção, com o objetivo de reafirmar sua rica cosmovisão e contribuição para a sociedade. A ausência de demarcação de suas terras pelo Estado evidencia a luta contínua por reconhecimento e direitos ancestrais, conectando-se tanto com questões contemporâneas quanto com a preservação de sua identidade histórica.

Assim, a atuação dos Potiguaras vai além da simples adoção de pautas contemporâneas, estabelecendo-se como um movimento de empoderamento e reinterpretação de sua existência diante da sociedade em geral. A comunidade desafia a narrativa eurocêntrica de 'civilização' e ressalta a necessidade de uma compreensão mais aprofundada e contextualizada da complexidade de suas tradições e visões de mundo. Isso ocorre porque é fundamental entender que os Potiguaras possuem crenças próprias e liberdade para praticá-las, direitos formalmente conquistados após a Constituição de 1988. No entanto, em termos materiais, eles ainda enfrentam o perigo da história única, ou seja, a universalização do conhecimento e da religião, que está sempre vinculada ao eurocentrismo. A continuidade da cultura indígena, seja localmente ou no ciberespaço,

representa uma forma de resistência e um meio para alcançar a autodeterminação desses povos em seu território local.

É importante ressaltar que a Comunidade Potiguara Amarelão possui características históricas e sociais distintas (Cabral, 2010). Inicialmente, o Estado do Rio Grande do Norte não reconhecia oficialmente os grupos indígenas. No entanto, após os dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2000) revelarem a autoidentificação de 26,4% da população como indígena, o estado passou a reconhecer oficialmente esses grupos.

Em meados de 2005, três comunidades foram catalogadas: Eleotérios do Catu, Mendonça do Amarelão e Caboclos do Assu. Essas comunidades começaram a se mobilizar em eventos locais, como assembleias, e se apresentaram como remanescentes indígenas em uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (Oliveira, Oliveira, & Martins, 2018).

Isso implica que havia uma articulação presencial para o reconhecimento de seus direitos. É perceptível que há um apagamento da história das Comunidades Originárias e de seus descendentes, sendo o foco direcionado apenas ao colonizador, ao civilizatório. O Sul Global é um conceito que desafia a visão universalista e imperialista de um Norte Global, onde estão localizados os países do 'primeiro mundo'. Este conceito solicita que a história seja vista a partir dos eventos que ocorreram localmente, das populações invisibilizadas e marginalizadas pelo caráter desenvolvimentista colonial. Segundo Fonseca (2021), o Sul Global tem acontecimentos específicos como escravidão, tensões raciais, luta de classes, tentativa de desenvolvimento econômico, entre outros. Foi construído sobre uma única narrativa (Adichie, 2009) e, no processo histórico pós-colonial, não houve uma total desconexão das prisões físicas e simbólicas deixadas pelos colonizadores. Além disso, a lógica de subalternidade e opressão persiste (Spivak, 2010).

Assim, em nosso país, apesar das transformações estruturais complexas, não se pode afirmar categoricamente que o colonialismo foi completamente erradicado (Quijano, 2000). Portanto, é possível concluir que, embora a história dos povos originários no Rio Grande do Norte seja escassa em registros documentais, essa situação não permite negar que essas comunidades continuam a viver e a sobreviver no Estado.

Conhecendo o ciberativismo: um entendimento necessário para análise da rede social Instagram

As inovações tecnológicas possibilitaram a redução do espaço e do tempo, aprimorando as relações humanas e oferecendo múltiplas funções sociais. Um exemplo disso são as redes sociais digitais, que são utilizadas para comunicações, comércio, relações interpessoais, entre outros. Nesse contexto, a dinâmica da globalização atual é caracterizada e compreendida a partir das dimensões do tempo e do espaço (Giddens, 1991).

A comunicação se configura como uma forma de articulação oriunda de um processo que amplifica desigualdades, formando 'identidades de resistência' e 'identidades de projeto' (Castells, 1999). De acordo com o autor, as identidades de resistência são constituídas por atores que necessitam construir formas de resistência e sobrevivência, geralmente expressando descontentamento com a 'nova ordem mundial' e lutando por justiça social e cidadania em um modelo que reforça assimetrias. Esse é o caso dos Povos Indígenas quando se utilizam do ciberespaço.

Por razões histórico-sociais, compreende-se que a demanda por políticas públicas e dignidade é, na verdade, uma requisição vertical (Davis, 2016). Isso ocorre devido a um poder hegemônico, originado do colonialismo, que reforça quais indivíduos podem ter acesso e efetividade de direitos, seja por recortes de raça, classe, gênero ou etnia (Gonzalez, Chaparro, & Daniel, 2021; Quijano, 2000). As redes formam uma lógica articulatória e de solidariedade que permite a inserção heterogênea de conflitos, pessoas e perspectivas, horizontalizando essas relações. Por esse motivo, o ciberespaço é um condutor para disseminar posicionamentos variados, denúncias e propostas, dando visão aos direitos humanos e suas áreas correlatas e apresentando-se como resistência à exclusão da pós-verdade.

Com a globalização, muitas formas de lutas foram incorporadas através das novas tecnologias, apresentando as redes como uma instrumentalização dos movimentos sociais organizados pela sociedade civil. Esses movimentos explicitam sua riqueza intersubjetiva, organizacional e política. Nessa direção, a internet, uma inovação tecnológica disruptiva surgida outrora, é a grande matriz viabilizadora de inúmeras outras inovações disruptivas nascidas agora. Aqui, insere-se o uso das redes sociais digitais por grupos minoritários ou que passam por vulnerabilidade extremada e passam a consolidá-las como um local de

ativismos, resistências, identidades e solidariedade. No Brasil, tem-se revelado progressivamente o uso das redes sociais pelos Povos Indígenas. Esses indivíduos estão no Instagram, Tik Tok e Twitter para apresentar as reivindicações e a cultura dos povos que se transforma (Correio Braziliense, 2021).

As novas práticas e valores emergentes do ambiente digital são conhecidos como cibercultura, que possibilita o ciberativismo e se desenvolve em consequência do crescimento do ciberespaço (Lévy, 2000). O resultado disso é a intersecção entre tecnologia, sociedade e cultura (Lemos, 1997). Diante dessa realidade, surge o fenômeno dos ativistas sociais, que reconhecem no ciberespaço novas possibilidades, seja de se comunicar, denunciar causas ou até mesmo divulgar e proliferar assuntos diversos (Coelho & Costa, 2013).

Segundo Pleyers e Galsius (2013), especialmente a partir de 2010, o ciberespaço se tornou uma rede de múltiplos encontros, facilitando a difusão de conteúdos e conceitos. Em relação especificamente à rede social Instagram, é importante ressaltar que é a maior em termos de popularidade e alcance, permitindo aos usuários postagens permanentes, como é o caso do *'feed'*. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [Sebrae] (2020), o Instagram é a rede social que tem em média 1,5 bilhão de curtidas por dia, além de ser 15 vezes mais interativa do que o Facebook e contar com o perfil de mais de 1.400 grandes marcas. É um ciberespaço frutífero para a difusão de ideias.

Dessa forma, diversos grupos minoritários começaram a adotar o ciberespaço como canal para instrumentalizar suas pautas e demandas, apropriando-se dessa nova modalidade de comunicação e conferindo pluralidade aos usuários que podem acessar esses meios, não se restringindo apenas ao indivíduo branco urbanizado. Isso pode ser considerado uma desconstrução desse espaço. Assim, os povos originários podem ser considerados interconectados e interligados em redes, reconquistando novos meios de trocas sociais (Castells, 2007).

Análise do Perfil @aca.amarelao no Instagram

A Comunidade Potiguara Amarelão em questão ingressou na rede social Instagram no dia 7 de abril de 2020, através do perfil @aca.amarelao. Até o presente momento, o perfil acumula um total de 61 publicações e conta com 1.194 seguidores. A motivação para a criação dessa rede social foi expandir o trabalho que já vinha sendo realizado no site "amarelão.wordpress.com", onde foi formada uma associação para o desenvolvimento socioeconômico do Povo Indígena Potiguara da Comunidade Mendonça do Amarelão em João Câmara, Rio Grande do Norte.

Das 12 postagens vinculadas ao perfil @aca.amarelao, todas da mesma data, existe uma sequência sobre a história, caciques e pedidos feitos à sociedade civil e ao Estado. Vale destacar que as publicações no Instagram não possuem comentários adicionais pelo público que segue a página, mas recebem, em média, 105 curtidas por foto. As postagens sob o título de protesto, reclamando da ausência de preservação ambiental, possuem 70 curtidas. Já as que fazem apelo por doações e mostram os suprimentos recebidos chegam a 130 curtidas.

Posteriormente, o povo Potiguara Amarelão, por meio de seu Instagram, se apresenta como uma etnia resistente há mais de 25 anos, que busca a promoção dos direitos humanos, sociais e culturais. Possui dois caciques: Dioclécio Mendonça, que atua como educador na Escola Indígena fundada em 2019, e a matriarca Neide Campos. É importante ressaltar que o Colégio também ensina a língua oficial Tupi.

É notável que a outra cacique dos Potiguaras Amarelão seja uma mulher. Eles confirmam: 'é a liderança feminina'. Ela se chama Thayse e possui fotos em instituições, com folhas nas mãos, discursando. No dia 8 de abril de 2020, a página postou uma tradição e vinculou a legenda 'Viva Potiguaras!', o que é um ponto importante na conquista política dos povos originários e repercute no ciberativismo. Considerando que o movimento étnico é um movimento social, ele demarca uma posição política.

Em 12 de abril de 2020, a página da comunidade no Instagram enfatizou a diversidade de seu conselho, composto por membros com formação em várias áreas. O grupo é uma mistura representativa de minorias, incluindo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outras identidades de gênero incluídas no grupo LGBTQIAP+, com uma predominância de mulheres. No mesmo dia, publicaram a foto da conselheira Thayse com seu diploma em história e mestrado em antropologia social, 'mesmo em meio à vulnerabilidade econômica', discursando. Isso é notável porque há um alinhamento tanto entre as pautas identitárias indígenas quanto as de grupos minoritários, como é o caso das mulheres e da comunidade LGBTQI+.

Logo após essa demonstração de diversidade e resistência, entre os dias 13 e 15 de abril do mesmo ano, eles fizeram um apelo ao Poder Público devido à falta de saneamento básico e às dificuldades enfrentadas durante a pandemia. Detalharam o processo para receber doações e compartilharam fotos que mostraram o recebimento de cestas básicas. Esses eventos destacam a persistência na luta por direitos e reconhecimento.

Em 18 de abril de 2020, os Potiguaras Amarelão atingiram um marco significativo: alcançaram a autossuficiência por meio da venda de castanha de caju, fruto nativo do nordeste brasileiro. É uma prática ancestral dos Indígenas Potiguaras. Vendíamos aos turistas e moradores da cidade, mas com o isolamento social os profissionais desse ofício estão sem trabalhar (Figura 1). No entanto, entre 21 de abril e 1º de julho do mesmo ano, a situação mudou drasticamente. Eles ‘pedem socorro’ por estarem sem fonte de renda, sem políticas públicas e sem ações do executivo para se manterem. Tentam vender a castanha de caju para comprarem o básico e direcionarem seus esforços, reforçando o pedido de doações. Esta sequência de eventos destaca a luta contínua em meio à crise.



Figura 1. Indígena Potiguara com castanhas de caju, que é uma prática da Comunidade Amarelão, Rio Grande do Norte (Associação para o desenvolvimento socioeconômico do Povo Indígena Potiguara da Comunidade Mendonça do Amarelão [@aca.amarelao], 2020a).

A situação se intensificou em 8 de julho de 2020, quando se posicionaram contra as medidas do Executivo Federal que excluem os Povos Indígenas dos procedimentos sanitários protetivos tomados em razão da pandemia da Covid-19. A luta continuou e, em 9 de agosto, reforçaram nenhuma gota a mais de sangue Indígena, evidenciando a gravidade da situação.

Diante disso, em 9 de outubro de 2020, foi feita uma declaração ativa mencionando que existem 1.100 moradores, com 340 famílias, sendo 203 em situação de vulnerabilidade, sem alimentação, fonte de renda e dependendo de doações. Foi repetido que a única forma de auferir renda era a venda de castanhas, que está em baixa. Posicionaram-se contra o Executivo local, já que nenhum meio de sobrevivência chegou até eles. Nesse sentido, a Fundação Nacional do Índio [Funai] (2021a) confirmou que sobrevivem da venda de castanhas de caju e que a pandemia intensificou a situação de vulnerabilidade dos Indígenas, dificultando e inviabilizando as atividades produtivas desenvolvidas.

O destaque do ciberativismo indígena ocorreu quando, em 21 de outubro de 2020, o Executivo Estadual, por meio da Secretária do Estado, Trabalho, Habitação e Assistência Social, entregou 200 cestas básicas. No dia seguinte, foi assinada uma carta de protesto em repúdio aos ataques aos Povos Indígenas Potiguares. Em 1º de dezembro de 2020, um incêndio ambiental próximo foi denunciado e os perfis oficiais do Executivo potiguar foram marcados com as palavras: A quem interessa a destruição dessa terra cheia de vida? O que o agronegócio e a imobiliária veem aqui? Pedimos Socorro! O parque boca da mata está agonizando em meio a chamas! (Figura 2).

Em 2021, a Comunidade Potiguara Amarelão fez apenas três postagens no Instagram, todas em meses de datas comemorativas, como a campanha do Outubro Rosa e o Novembro Azul. Nesse mesmo ano, um relato documentado do Cacique Dioclécio Mendonça revelou que até fevereiro, o Rio Grande do Norte era o único estado a não ter vacinado nenhum Indígena. Isso evidencia a ausência do Poder Público e contribui para o apagamento desses povos. Já em 2022, iniciaram as postagens com o ‘Dia Internacional da Mulher’. Posteriormente, retomaram a exposição sobre a venda de castanhas e o apelo à sociedade local para que divulgue e financie o meio de resistência dos Potiguara Amarelão. Essa sequência de eventos mostra a persistência da comunidade em buscar visibilidade e apoio, apesar dos desafios enfrentados.



Figura 2. Cartaz com campanha para arrecadar fundos para os Indígenas Potiguaras durante a pandemia da Covid-19, Rio Grande do Norte (Associação para o desenvolvimento socioeconômico do Povo Indígena Potiguara da Comunidade Mendonça do Amarelão [@aca.amarelao], 2020b).

Em 21 de maio de 2022, foi feita uma postagem sobre resistência, destacando a data como um marco de luta e etnopolítica. Posteriormente, em 8 de agosto do mesmo ano, foi realizado o I Encontro de Mulheres Indígenas liderado pela Cacique Thayse, com o objetivo de reforçar os valores do grupo para as mulheres. No dia seguinte, Amarelão Potiguara se manifestou sobre a Jornada Nacional de Luta Indígena, ressaltando que era o dia internacional do seu povo e declarando que o Rio Grande do Norte é terra Indígena (@aca.amarelao).

Como mencionado anteriormente, essas atividades e declarações são divulgadas através do Instagram (@aca.amarelao), na qual as postagens recebem, em média, mais de 100 curtidas, demonstrando o engajamento da Comunidade Potiguara Amarelão. Esta presença on-line não só diversifica a utilização do ciberespaço pelos Potiguaras, que também mantêm um *site*, mas também serve como uma plataforma para apresentar os membros, expressar seu posicionamento político e, acima de tudo, destacar a extrema vulnerabilidade que esses povos enfrentam, como evidenciado pelo fato de que estavam sem vacina até meados de fevereiro de 2021.

Vale lembrar que a situação pandêmica afetou o Povo Potiguara, impedindo-a de gerar renda com a venda de castanhas de caju, um problema que a entidade governamental Funai, responsável por assistir à comunidade indígena no Brasil, reconheceu. Essa organização desempenha um papel importante na identificação e resolução desses problemas. No entanto, durante esse período pandêmico relativo à Covid-19, as ações para ajudar os Potiguaras Amarelão foram limitadas pela dificuldade orçamentária dos recursos destinados pelo governo federal.

Diante dessa realidade, o Instagram foi a forma encontrada para minimizar os impactos gerados ao Povo Potiguara pela crise sanitária, permitindo que solicitem doações de suprimentos para sobreviver durante um período sem renda da venda de castanhas de caju. À medida que o uso das redes sociais digitais pelos Potiguaras pode ser visto como uma forma de descolonização da rede, dando voz à comunidade, é importante ressaltar que a extensão do impacto dessas ações ainda é incerta. O impacto do Instagram na população do Rio Grande do Norte e em todo o país também permanece incerto.

Além disso, a presunção de que o uso de telefones celulares, Instagram e outros meios de comunicação é uma expectativa do 'Homem branco' e não dos Indígenas, reflete uma visão universalizada e equivocada, um resquício da colonialidade. Assim sendo, a adoção dessas ferramentas pelos Indígenas pode ser vista como uma forma de ciberativismo, representando um movimento étnico-social que se manifesta no Instagram, com constantes solicitações ao Poder Público. Frequentemente, essas solicitações não são canalizadas por meios apropriados, pois pode não ser do interesse do Estado promover a dignidade humana do Povo Potiguara.

Considerações Finais

À luz do referencial teórico adotado, observou-se que as Comunidades Indígenas existem no Rio Grande do Norte desde a invasão europeia. Devido à política exploratória e extrativista colonial, essas comunidades tiveram que se adaptar e, muitas vezes, se tornar invisíveis para sobreviver. Para os Potiguara Amarelão, a venda de castanhas de caju ao público local é uma forma de resistência que também contribui para a geração de uma fonte de renda, dada a insuficiência de políticas sociais locais.

Vale ressaltar que a expansão do ciberespaço tem como consequência notável a compressão do tempo-espaço para os usuários da rede, bem como a sua utilização por grupos minoritários, o que amplia a narrativa e as possibilidades de reivindicação de direitos e intervenção estatal. Em tempos de pandemia da Covid-19, observou-se um crescimento exponencial no uso do Instagram. Como visto, a Comunidade Potiguara Amarelão decidiu transferir o conteúdo de seu site para essa plataforma de mídia social. Esta ação reflete um exemplo notável do ciberativismo indígena emergente, exemplificado pelo povo indígena Potiguara Mendonça do Amarelão, que utiliza novas tecnologias para amplificar suas vozes e lutar por seus direitos em um cenário digital em constante evolução.

A análise do perfil @ac.amarelao (Associação para o desenvolvimento socioeconômico do Povo Indígena Potiguara da Comunidade Mendonça do Amarelão [@aca.amarelao], 2020a, 2020b) revelou uma série de imagens com denúncias ambientais, a descrição de como essa comunidade sobrevive e, principalmente, o pedido de auxílio financeiro por ter sido ainda mais negligenciada pelas autoridades públicas durante a pandemia. Além disso, a venda de castanha de caju, que era sua principal fonte de renda, tornou-se inexistente, uma vez que estava correlacionada ao turismo local, que também foi afetado pela pandemia.

Em geral, observou-se uma notável insatisfação entre os membros da comunidade Indígena Amarelão Potiguara em relação às políticas atuais, evidenciando uma busca intensiva por maior reconhecimento e visibilidade nos espaços públicos. Dentro deste cenário, a adoção de um perfil no Instagram emergiu como uma das estratégias empregadas para alcançar seus objetivos. No entanto, a utilização indiscriminada desta plataforma de mídia social provou ser insuficiente. Esta constatação é corroborada pela ausência de uma orientação adequada, ou mesmo profissional, na disseminação das informações. O *corpus* é predominantemente composto por comunicações fragmentadas que são divulgadas sem o controle e monitoramento necessários dos efeitos resultantes.

Certamente, a invisibilidade material dos direitos dos Povos Indígenas, juntamente com a inércia institucional em abordar essa questão, é uma realidade inegável. Diante desse cenário, é plenamente justificável e factível que a comunidade indígena explore o ciberespaço como uma plataforma alternativa para exigir a intervenção governamental. Além disso, essas mobilizações digitais têm o potencial de coalescer a sociedade em torno de um propósito unificado: redefinir ou deslocar o epicentro sociopolítico do país. Tal movimento pode instigar o Estado a reavaliar suas posturas atuais e implementar reformas que favoreçam a população indígena. Portanto, a adoção de táticas de resistência no ciberespaço pode ser uma estratégia eficaz para os Povos Indígenas na luta por seus direitos e na busca por mudanças significativas.

Referências

- Adichie, C. (2009). *Chimamanda Adichie: el peligro de la historia única*. Recuperado de https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?subtitle=en&lng=pt-br&geo=pt-br
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal,.
- Cabral, T. M. (2010). *Avaliação dos constituintes e do potencial mutagênico do material particulado oriundo do beneficiamento artesanal da castanha de caju* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Cascudo, L. C. (1984). *História do Rio Grande do Norte*. Natal, RN: Fundação José Augusto.
- Cascudo, L. C. (1991). *História de um homem* (Coleção Mossoroense, Série C, Vol. 644). Natal, RN: Fundação Vingt-un Rosado.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. 2). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Castells, M. (2007). *Reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Cavignac, J. A (2003). Etnicidade encoberta: 'índios' e 'negros' no Rio Grande do Norte. *Mneme*, 4(8), 1-79. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167>

- Cavignac, J. A., & Alveal, C. (2020). *Guia cultural indígena Rio Grande do Norte*. Natal, RN: Flor do Sal.
- Coelho, P. M. F., & Costa, M. R. M. (2013). O ativismo digital reflexões e apontamentos semióticos. *TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, 1(8), 1-15. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/52681>
- Correio Braziliense. (2021). *Indígenas se tornam influencers para lutar pelo reconhecimento das terras*. Recuperado de <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/09/4947332-indigenas-se-tornam-influencers-para-lutar-pelo-reconhecimento-das-terras.html>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- Dussel, E. (1994). 1492: *el encubrimiento del otro: hacia el origen del 'mito de la modernidad'*. La Paz, BO: Plural.
- Fonseca, F. C. (2021). *Nossa América Ladina: O pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Bahia.
- Fundação Nacional do Índio [Funai]. (2021a). *Relatório sobre a situação da Comunidade Potiguará Amarelão*. Natal, RN: Funai.
- Fundação Nacional do Índio [Funai]. (2021b). Ofício nº 10/2021/CTL – NATAL/CR-NE-II/FUNAI. In Brasil. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil nº 1.28.000.000709/2020-2*. Natal: 12º ofício PR/RN. Recuperado de <https://www.gov.br/funai/pt-br>
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, SP: Universidade Estadual Paulista.
- Gohn, M. D. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), 333-361. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>
- Gonzalez, L., Chaparro, M. P. C., & Daniel, C. (2021). La categoría político-cultural de amefricanidad. *Conexión*, 1(15), 133-144. Recuperado de <https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/conexion/article/view/24056>
- Grosfoguel, R. (2007). Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. *Ciência e cultura*, 59(2), 32-35. Recuperado de http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015
- Associação para o desenvolvimento socioeconômico do Povo Indígena Potiguará da Comunidade Mendonça do Amarelão [@aca.amarelao]. (2020a, 21 de abril). *Indígena Potiguará com castanhas de caju, que é uma prática da Comunidade Amarelão, Rio Grande do Norte* [Fotografia]. Instagram. Recuperado de https://www.instagram.com/p/B_PL5fyAYdQ/
- Associação para o desenvolvimento socioeconômico do Povo Indígena Potiguará da Comunidade Mendonça do Amarelão [@aca.amarelao]. (2020b, 1 de julho). *Cartaz com campanha para arrecadar fundos para os Indígenas Potiguaras durante a pandemia da Covid-19, Rio Grande do Norte* [Fotografia]. Instagram. Recuperado de <https://www.instagram.com/p/CCHYN1zATip/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2000). *Povos indígenas no Brasil: 2000*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.
- Lemos, A. (1997). Ciber-socialidade: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. *Logos*, 4(1), 15-19. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/14575>
- Lévy, P. (2000). *Cibercultura*. (C. I. Costa, Trad.). São Paulo, SP: Editora 34.
- Lima, N. (1990). *Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assú e Augusto Severo*. Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque.
- Lopes, F. M. (2005). *Em nome da liberdade: vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Marés, C. F. (1998). *O renascer dos povos indígenas para o direito*. Curitiba, PR Juruá.
- Medeiros Filho, O. de. (1999). Os tarairiús, extintos tapuias do nordeste. In L. S. Almeida, M. Galindo, & E. Silva (Orgs.), *Índios do nordeste: temas e problemas* (p. 55-72). Maceió: Edufal.
- Moura, A. D. M. D., Boaventura, L. D. C. L., & Neves, R. D. C. M. (2021). Povos indígenas no Rio Grande do Norte, direitos e ações em tempos de Covid-19. *Espaço Ameríndio*, 15(2), 1-27. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-6524.117951>
- Oliveira, I. P. R. A., Oliveira, A. M., & Martins, J. C. V. (2018). *Levantamento preliminar das comunidades que se autorreconhecem indígenas no Rio Grande do Norte* (Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Ciência e Tecnologia). Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró.

- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, 6(2), 342-86. Recuperado de <https://jwsr.pitt.edu/ojs/index.php/jwsr/article/view/228>
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In B. Sousa Santos, & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (p. 73-115). Coimbra, PT: Almedina.
- Pazello, R. P. (2014). *Direito insurgente e movimentos populares: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Pleyers, G., & Galsius, M. (2013). La résonance des “mouvements 2011”: connexions, émotion, valeurs. *Socio*, 2, 59-80. Recuperado de <https://journals.openedition.org/socio/393>
- Santos, M. S. D. (1998). Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38), 151-165. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000300010>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [Sebrae]. (2020). *Instagram é a rede social que mais cresce no mundo* [Instagram]. Recuperado de <https://sebrae.com.br/>
- Soares, M. A. (2012). *Caminhos para viver o mbya reko: estudo antropológico do contato interétnico e de políticas públicas de etnodesenvolvimento a partir de pesquisa etnográfica junto a coletivos guarani no Rio Grande do Sul* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte, MG: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Veloso, K. B. L., & Santana, R. P. D. V. F. (2021). A descolonialidade e o paradigma da vida concreta na restauração dos direitos na América Latina. *Revista Videre*, 13(27), 264-288. DOI: <https://doi.org/10.30612/videre.v13i27.11769>